



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3322 30/03/2026

CONDSEF COBRA INSTALAÇÃO DAS MESAS SETORIAIS NA FUNAI E NO MPI



Em ofícios conjuntos encaminhados na quinta-feira (26), o Sindsep-DF e a Condsef solicitaram à direção da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e à ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, a instalação das Mesas Setoriais de Negociação Permanente (MSNP) no âmbito dos dois órgãos. Os documentos foram enviados com cópia ao secretário de Relações do Trabalho (SRT), José Lopez Feijó, e à diretora de Relações do Trabalho no Serviço Público (DERET), Rita Maria Pinheiro, ambos do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Em contato com as entidades sindicais, na manhã da última sexta-feira (27), a DERET/MGI informou que o funcionamento das mesas setoriais é uma prioridade do governo Lula. Neste sentido, durante a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada ontem (26), o governo lançou a cartilha “Mesa Setorial de Negociação no Serviço Público”, uma espécie de guia que orienta a instalação e o funcionamento desses espaços de negociação permanente (disponível aqui). Os interlocutores da DERET também se comprometeram a realizar as mediações necessárias junto às direções da Funai e do MPI para que as mesas sejam efetivamente instaladas e funcionem de maneira regular.

O Sindsep-DF e a Condsef ressaltam que as MSNP são essenciais para a democratização das relações de trabalho e para o tratamento adequado de demandas que impactam diretamente a prestação dos serviços indígenas, bem como as condições de trabalho e a valorização dos servidores da Funai e do MPI. Nesse sentido, as entidades seguem cobrando dos órgãos o atendimento do pleito.

Pauta dos servidores da Funai

No documento encaminhado à Funai, as entidades também solicitam o agendamento da primeira reunião da MSNP, com a apresentação da pauta de reivindicações já protocolada junto ao órgão, conforme os processos SEI nº 08620.001785/2023-47 e 08620.001144/2026-

- 35, composta pelas seguintes demandas:
- Agendamento da primeira reunião para institucionalização da Mesa Setorial de Negociação Permanente (MSNP);
 - Regulamentação dos procedimentos de promoção e progressão funcional dos servidores;
 - Correção e pagamento das progressões funcionais atrasadas;
 - Regulamentação dos adicionais ocupacionais (insalubridade e periculosidade);
 - Elaboração e implementação de um plano institucional de segurança;
 - Regulamentação da escala de trabalho por revezamento de longa duração e das folgas correspondentes aos dias trabalhados em finais de semana e feriados;
 - Combate ao assédio moral e ao racismo institucional no âmbito da Funai;
 - Implementação de política de lotação diferenciada para servidores indígenas;
 - Discussão do tema “Reconhecimento de Saberes e Competências” para os servidores ocupantes do cargo de professor da Funai;
 - Instalação do Comitê de Ética da Funai, com a presença dos principais departamentos ligados às políticas de gestão de pessoas e promoção da qualidade de vida no trabalho, com composição paritária entre a administração e as entidades representativas dos servidores;
 - Regulamentação da Indenização de Campo no âmbito da Funai, em moldes semelhantes à existente na carreira ambiental;
 - Criação de um curso de formação específico para os servidores da Funai;
 - Regulamentação do porte de armas para os servidores que atuam em atividades de risco;
 - Regulamentação dos adicionais de qualificação e da retribuição por titulação;
 - Criação de uma Comissão de Ações Afirmativas voltada à elaboração de políticas de acesso e, especialmente, de permanência de trabalhadores indígenas na Funai;
 - Criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas;
 - Retorno da ascensão funcional no serviço público;
 - Celebração de acordo de cooperação, convênio ou outro instrumento normativo para a realização ou regularização das perícias médicas da Funai em âmbito nacional;
 - Recomendação da mesa ao MGI (bancadas sindical e governamental) acerca da necessidade de recomposição da proporcionalidade entre os níveis de escolaridade da Funai, dada a similaridade de atribuições.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiária de comunicação: Mariah Salvatore